

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com  
**Rita Segato**

por sua linhagem:  
memórias e memorial





**Universidade de Brasília**

**Reitora** Márcia Abrahão Moura

**Vice-Reitor** Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** Germana Henriques Pereira (Presidente)  
Fernando César Lima Leite  
Ana Flávia Magalhães Pinto  
Andrey Rosenthal Schlee  
César Lignelli  
Gabriela Neves Delgado  
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo  
Liliane de Almeida Maia  
Mônica Celeida Rabelo Nogueira  
Roberto Brandão Cavalcanti  
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com  
**Rita Segato**  
por sua linhagem:  
memórias e memorial

**Equipe editorial**  
**Coordenação de produção editorial** : Marília Carolina de Moraes Florindo  
**Assistência editorial** : Jade Luísa Martins Barbalho  
Emilly Dias  
**Revisão** : F. Soudant  
**Projeto gráfico e diagramação** : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília  
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar  
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF  
CEP: 70910-900  
Telefone: (61) 3107-3700  
www.editora.unb.br  
contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
desta publicação poderá ser armazenada  
ou reproduzida por qualquer meio sem a  
autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

---

E56            Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso  
                 eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara  
                 Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora  
                 Universidade de Brasília, 2023.  
                 263 p.

Formato PDF.  
ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.  
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

## Sumário

Prefácio	8
Trajectoria de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajectoria de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

## II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

### III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

### III. Gênero, feminismo e sexualidade

## Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e das pluralidades no pensamento de Rita Segato

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

“O abandono do lugar me abraçou de com força.  
E atingiu meu olhar para toda a vida.  
Tudo que conheci depois veio carregado de abandono.  
Não havia no lugar nenhum caminho de fugir.  
A gente se inventava de caminhos com as novas palavras.  
A gente era como um pedaço de formiga no chão.  
Por isso o nosso gosto era só de desver o mundo.”  
(Manoel Barros, *Caderno de aprendiz*, 2010).

### Introdução: o desejo por uma fotografia em palavras

**E**nquanto escrevo, acomodo sobre a mesa o retrato de Rita Laura Segato. Na verdade, trata-se da foto estampada na capa de seu livro *Contra-pedagogias de la crueldad* (Segato, 2018a). Submetido à sentença de silêncio sobre a escrita, olho-a algumas vezes e me aproximo dos versos irrequietos de Clarice Lispector, em seu poema “Encomenda”: “Desejo uma fotografia, como esta – o senhor vê? – como esta”. Como no verso da poeta brasileira, no qual o eu-lírico, ansioso, encomenda ao fotógrafo um registro semelhante à imagem que traz consigo, confesso ter ânsia parecida como a descrita neste texto: o desejo de fotografar os fios do tecido interlocutório e do trajeto epistêmico tramado em conjunto, desde os primeiros encontros com o pensamento de Segato.

Admito que, inicialmente, os regimes de autoridade e de etiqueta se impuseram a esta escrita, a fim de validar o texto acadêmico na cena colonial do conhecimento, que impõe a ruptura de uma escrita autêntica por meio da asfixia das emoções, das corporalidades e de retóricas próprias.

Frustrei-me. Essa perspectiva é antagônica ao que a própria Rita Segato (2015b) nos apresenta como caminho epistêmico viável, na medida em que diri-

ge sua crítica ao que nomeou de pedagogia do desrespeito provocado dentro do mundo dos brancos, que inviabiliza a comunicação educativa em virtude do gesto pedagógico de desautorização ao ato de escrever. Esse processo escamoteia a criatividade e nos vincula à paisagem de derrota e expropriação, em que a morte do sujeito encarnado e atravessado por suas relações vitais é necessária para o ingresso na pele do escritor, apartado de si e de seus saberes e códigos originários. Neste trabalho, busco compor uma fotografia em palavras, a fim de reatar o frescor emocional e a pertinência ética das experiências (Sontag, 2003) compartilhadas durante as conversações, sempre íntimas e políticas, com as chaves teóricas de Segato.

Para Susan Sontag (2003, p. 72), as fotos traçam rotas de referência e, por isso, um sentimento tem mais chance de se cristalizar em torno de uma foto do que de um lema verbal. Por outro lado, a autora argumenta que a reação de um espectador e o significado de uma foto, seja ela entendida como objeto ingênuo ou como a obra de um autor experiente, dependem de como sua identificação será apresentada na legenda: isto é, em alguma medida, dependem das palavras.

A tonalidade, a profundidade, a textura, o enquadramento e o foco de uma fotografia auxiliam em sua inteligibilidade, mas esses ajustes não esvaziam a dimensão ambígua que a acompanha e não invalidam as diferentes maneiras de ser interpretada, pois “não olhamos apenas para uma foto; sempre olhamos para a relação entre nós e ela” (Moreira Leite, 1988, p. 85).

Talvez haja riscos de ambiguidades e descontinuidades nessa fotografia em palavras. Trata-se de um esforço semelhante ao sentido que Manoel de Barros (2010) apresenta sobre “desver o mundo”: a busca pelo estranhamento das normalidades da gramática cotidiana, a fim de criar um léxico capaz de nomear e explicar sua relação com a vida. As lições de Rita Segato trilham caminhos parecidos. Como antropóloga, a autora entende que “quem inventa as palavras do que existe e do que não existe no mundo são as pessoas que trabalham com as humanidades” (Segato, 2018b).

Não pretendo esgotar os sentidos que os fragmentos fotográficos do trajeto partilhado ao lado da comunidade com a qual me aproximei, nem pretendo limitar a reinvenção que essas experiências irão ter ao longo do tempo. Esta fotografia-texto pretende discorrer sobre os atos de uma peça-imagem mais ampla, na perspectiva pluralista de Rita Segato sobre pensar em conversação, em constante movimento e permanentemente aberta à demanda do outro. A interpelação do discurso teórico auxilia na tessitura de um conhecimento válido, porque, nesse processo, é enunciada a pergunta que carregamos em relação ao mundo. Nesta fotografia em palavras, restauro fascículos dos (re)encontros epistêmicos – e epiteliais, pelo contato da pele por meio do abraço – compartilhados nos

últimos anos, quando temas como raça, gênero, sexualidade e direitos humanos projetaram giros decoloniais: viradas epistêmicas e travessias vinculares tecidas ao lado da comunidade pensante criada por Segato.

## Digerir a informação e decantar a pergunta dentro de si: a descoberta da própria rota no campo do conhecimento

O ano era 2015. Cursava o meu primeiro semestre no curso de mestrado em direitos humanos e cidadania da Universidade de Brasília (UnB). Rita Segato ministraria uma disciplina sobre pluralismo jurídico e bioético, no prédio da Faculdade de Saúde da UnB. Logo no início do curso, ela nos contou que a primeira lição de uma aula é a lição de cidadania, que deve antever a transferência dos conteúdos disciplinares, pois

palavras agressivas ou depreciativas na boca do professor, menosprezo e agressão não fazem parte das boas aulas para a cidadania, já que não sinalizam o caminho para a convivência pacífica, compassiva e beneficente no espaço público (Segato, 2006a).

Dali em diante, tivemos aulas de voo. Certa vez, pouco antes de iniciar a aula, conversamos brevemente no corredor. Compartilhei as provocações causadas após a leitura de seu texto “Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores” (Segato, 2014). Lembro-me que o li em uma cabine da Biblioteca Pública de Taguatinga (DF). Recém-chegado a Brasília, a concepção de que o “direito fundamental de toda pessoa é ter povo, pertencer a uma coletividade” (Segato, 2014, p. 82) me fez reconhecer o meu lugar, muitas vezes solitário, em terras brasilienses, e pude identificar o pertencimento e o vínculo com o povo piauiense<sup>1</sup>. A cerca de 1.700 quilômetros de distância de onde moram os meus familiares, que residem em Teresina, no estado do Piauí, a usina de saudade foi reaberta com intensidade.

A leitura trouxe, por outro lado, o acesso a memórias de sofrimento. Nesse “cochicho de corredor”, enquanto o restante da turma já se acomodava em seus assentos, partilhei um relato pessoal com ela. Naquele ano, a paisagem mais desértica do mês de agosto no cerrado brasileiro se compadeceu e apalpu as nascentes dos nossos olhos: emocionamo-nos ali, juntos, em um dos corredores

---

1. O Piauí é um estado brasileiro que, no imaginário nacional, ocupa uma espécie de não lugar, algo como um fim de mundo (Barros e Silva, 2016), localizado no Nordeste, cuja identidade cultural é descrita como um tipo regional que luta contra as mudanças sociais (Albuquerque Júnior, 2013, p. 208-209).

da UnB. Com os olhos marejados, olhou-me fixamente e disse: “escreva isso, narre sua história, Lourival”.

Eu reconheço que, até então, desconhecia a viabilidade de narrar a si mesmo como parte do campo de uma pesquisa acadêmica. Paul Valéry compreende ser

[...] mais útil contar aquilo porque passamos do que simular um conhecimento independente de qualquer pessoa e uma observação sem observador. Na verdade, não existe teoria que não seja um fragmento cuidadosamente preparado de alguma autobiografia (Valéry, 1991, p. 204).

Com perspectiva semelhante, Segato (2015b, p. 276) estimula com frequência a escrita autoral como parte da meta de ruptura do caráter colonial e racista da universidade: para Segato, não podemos ser consumidores/aplicadores de categorias formuladas e pré-fabricadas no Norte branco. Sua crítica ao mercado global das ideias, que determina a divisão mundial do trabalho intelectual, aponta a paisagem geopolítica racializada nas universidades do Sul não branco. Explica que, ao atravessar o cruzamento da fronteira Norte/Sul, nós – os corpos que carregam o signo dos vencidos da história dentro da ordem geopolítica mundial – somos vistos desde uma perspectiva biopolítica como não brancos, sendo esta posição histórica determinante para a atribuição de valores diferenciados entre os saberes e as produções de autores do Norte e do Sul.

Em suas aulas, reuniões de orientação e falas públicas, Segato é assertiva ao afirmar que o obstáculo epistêmico à criatividade do pensamento inviabiliza a formação de novos autores, cujo risco é, ao contrário disso, formar fichadores de textos, ofício este que se restringe à eleição e ao descarte de informações. Alerta-nos que “nunca um fichador de textos foi um bom autor” (Segato, 2017a)<sup>2</sup>.

A revogação da própria autoria, diante da oportunidade de criação do conhecimento, escolta o sujeito à prisão de si: aferrolha o ventre imaginativo da escrita e da fala, suspende o processo digestório da informação e submete o sujeito à condição de hospedeiro parasitário de conteúdo, tornando-o um inventário de conhecimento.

Esse sintoma pode ser comumente identificado nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em que, para Segato, o excesso de leituras impede a escuta da pergunta que carregamos conosco e a descoberta da rota de interesse no campo do conhecimento e no tratamento da informação. O tempo de digestão das informa-

---

2. Todas as traduções são minhas, exceto aquelas anteriormente publicadas.

ções é necessário para que se abra um caminho a partir de nossa própria pergunta, cujo ponto de partida evidencie um interesse genuíno, por impulso criativo, lúdico e apaixonado:

A universidade se tornou um espaço em que o aluno aprendeu a eleger e a descartar informações. Como abrir uma avenida autoral própria nesse mar de informações para ir respondendo à própria pergunta, sem permitir que se desvincule da pergunta que já traz como ser humano, como pessoa? (Segato, 2017a).

Sua análise reflete o gesto pedagógico por excelência de uma universidade eurocêntrica: tolher a autoria de seus alunos e declará-los incapazes de produzir categorias de impacto global. Observa-se o sequestro das subjetividades como cláusula do jogo colonial: estudantes indígenas, membros de uma comunidade campesina ou afrodescendente são comumente apartados de seus estilos próprios de existência e de pensamento. Aqui, o campo do saber é convertido em fonte de supressão de vínculos originários e se torna o “chão de fábrica” do produtivismo obediente e desarraigado do espaço-tempo no qual se encontra. O resultado desse processo é, segundo Segato (2018a), um suicídio do pensamento.

Esse conjunto de práticas forma parte das estratégias do racismo acadêmico, em que a imposição do silêncio ganha contornos instrutivos para a desautorização do pensamento e para não interromper censuras históricas. A pedagogia nacional do silêncio racial, processo em que linhagens não brancas têm suas memórias censuradas na cena nacional, anula o direito humano de saber quem se é, categoria jurídica defendida por Vanessa Araújo (2015, p. 100) após identificar e analisar o cerceamento intrafamiliar da memória de sua avó indígena. Seu argumento sustenta a posição de que saber quem se é e de onde se veio é um direito humano e integra a luta contra o ocultamento de memórias familiares desvalorizadas e deslegitimadas pela leitura colonial, cuja intervenção bloqueou essas linhagens e sequestrou memórias subterrâneas das identidades que nos constitui.

Estimulado a narrar cenas autobiográficas que, em alguma medida, atravessam temas de uma coletividade, desvendi a memória do meu avô materno. Na primeira tentativa dessa escrita, concluí dois relatos na madrugada do dia 20 de outubro de 2015: o primeiro descreveu o trajeto que fiz para uma delegacia de polícia como acompanhante de uma vítima de agressão homofóbica na família; e o segundo quando, após a dor e a sentença de insônia provocadas pelo relato anterior, escrevi sobre a relação com o meu avô. O descarte do primeiro

relato foi inevitável, devido ao peso emocional causado. Na mesma noite, enviei a Segato, por correio eletrônico, a outra narrativa em cujo título havia a seguinte pergunta: “Poderia um vaqueiro piauiense amar um neto *gay*”<sup>3</sup>?

— Muito muito boa a pergunta!!! Excelente!!! – respondeu Segato, fiel à autoridade que me conferiu para descobrir a minha própria rota de interesse no campo do conhecimento.

Do relato de sofrimento a este caso de acalento, retornei, epistemologicamente, à comunidade rural de origem de minha família e por onde passei a maior parte de minhas férias escolares. Reconheço que este retorno foi viável somente após o desespero emocional que encontrei ao me deparar com sofrimentos reiterados na cena urbana.

O desvendamento dessa memória de meu avô se aproxima do que Segato (2007) afirma sobre o ocultamento das linhagens não brancas, em que há a fotografia de uma personagem recortada, cuja posição ocupa apenas o espaço oco da memória. A memória do meu avô materno, não branco, vaqueiro e analfabeto, havia sido omitida como a experiência familiar de maior acolhimento que recebi para a minha diferença como *gay*.

Havia suspeita de colegas e professores sobre esse dado de minha história. Alguns questionavam, por exemplo, se o acolhimento que narrei só foi possível porque não havia contado, de forma objetiva, algo como “vô, eu sou viado”, termo que lhe faria mais sentido por ser mais utilizado na comunidade onde mora. Acolhi a suspeita, mas não sem reconhecer o preconceito negativo em relação a uma personagem do mundo rural piauiense que destoava do que se espera como um sujeito algoz de LGBTQI+: rústico e desprovido de afeto.

Para muitos, a resposta à pergunta que fiz em meu primeiro relato estava dada: não, um vaqueiro piauiense não pode amar um neto *gay*. Em razão disso segui alguns caminhos, como revelar ao meu avô a minha sexualidade, confirmando o acolhimento que já havia narrado. Questionado se essa recepção só ocorreu por eu ser um parente consanguíneo, busquei outro sujeito. Encontrei a história de Reinaldo (nome fictício), um “vaqueiro viado”, à época com 73 anos de idade, com o qual meus avós conviveram e até cuidaram de sua

---

3. A descrição completa deste estudo, que será retomado no decorrer do capítulo, encontra-se publicada no repositório da UnB, sob o título “A negociação da diferença na experiência de corpos e sexualidades plurais em comunidades rurais e na capital do Piauí”. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31422/1/2017\\_LourivalFerreiradeCarvalhoNeto.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31422/1/2017_LourivalFerreiradeCarvalhoNeto.pdf). Acesso em: 22 jul. 2020.

saúde durante suas recorrentes crises asmáticas. Novamente, provocaram-me, questionaram se essa segunda experiência, de alguém fora do núcleo familiar consanguíneo, só foi viável por ter ocorrido em uma comunidade rural pequena e que trazia essa especificidade local.

A partir daí, busquei novos casos. Registrei, de forma mais sucinta, a trajetória de Maria Laura dos Reis, que se identifica como travesti, e que, à época de sua transição de gênero, mudou-se de Teresina para uma comunidade rural – Novo Nilo – no município de União/PI, a 80 quilômetros da capital, tendo sido mais aceita pelos moradores da localidade. Por meio do contato com a então vice-governadora do Piauí, encontrei as trajetórias de Bela Preta e Dejanira, as quais moravam em frente à fazenda de sua família no município de Coronel José Dias/PI, localizado a cerca de 520 quilômetros de Teresina. Ambas, segundo descrições de moradores locais, eram “mulheres que viviam como homens”, pois vestiam-se de “saías masculinas” e desempenhavam trabalhos julgados como masculinos. Viveram até os 90 e 89 anos de idade, respectivamente.

O meu interesse de estudo foi descentrado para além das áreas urbanas e passei a explorar esse dado de minha história pessoal para esmiuçar as dobras encobertas sobre a aceitação da diferença e o seu processamento simbólico em busca de um lugar social em diferentes cenas, nas quais participaram o meu avô materno, Reinaldo, Maria Laura, Bela Preta e Dejanira. Junto a essas personagens do mundo rural, além de cenas autobiográficas em que estive nesse “entre mundos” rural/urbano, registrei o contexto urbano por meio da história de Geni (nome fictício), travesti que tentou suicídio atirando-se de um prédio público do sistema de justiça, ocasião em que os servidores públicos do órgão lamentaram pela imagem do imóvel recém-inaugurado em área nobre de Teresina; e de Carolina de Jesus (nome fictício), mulher transgênero negra que escondia seus desenhos de moda no forro da casa. O fio condutor entre essas narrativas teve por objetivo responder à seguinte pergunta de pesquisa: “Como se negocia a diferença de corpos e de sexualidades não normativas na capital estadual e em uma comunidade rural do Piauí?”

A categoria apresentada como negociação da diferença foi construída como resultado da descrição do processo de (in)digestão do signo que distingue os corpos e as sexualidades dissidentes em relação às normatividades cisgênero e heterossexuais. Nas comunidades rurais onde estive, essa diferença pôde ser mais facilmente negociada em virtude das relações mais próximas, do corpo a corpo, pelo trabalho prestado: Reinaldo, que trabalhou como vaqueiro e era um exímio cozinheiro nos batizados e casamentos na comunidade; Bela Preta fazia cercas de arame e tecelagem e sua capacidade era bem recebida na comunidade, onde não tinha nenhum parente consanguíneo; Dejanira era rezadeira e cuida-

va de enfermidades do “espírito”; Maria Laura era a parente de sicrano e não “o macho que quer virar mulher”. As relações familiares são extensivas e não se restringem aos vínculos consanguíneos.

Por outro lado, Geni e Carolina tiveram narrativas dissidentes das demais. No caso de Geni, por exemplo, os servidores públicos tiveram mais empatia com o prédio, o imóvel, do que com a vida dela. Para Carolina, enquanto seus desenhos de moda eram arquivados no teto, os laudos médicos se multiplicavam em busca de uma medicação que lhe desse sossego noturno e assegurasse uma performance de sua anomalia para poder ser beneficiária de um auxílio financeiro estatal que lhe viabilizasse a subsistência. Comigo, respondo à pergunta inicial que me propus: sim, é possível um vaqueiro piauiense amar um neto *gay*, apesar de todo o preconceito negativo e a fobia contra as soluções comunitárias oriundas do mundo comunal. Em contrapartida, permanece vigente o preconceito positivo em relação às soluções modernas para o tema da diferença, processo em que se produz anomalias desprovidas de lugar, repelidas do espaço público, catalogadas como patologias e proscritas do espaço de deliberação política:

A modernidade, em sua pré-condição colonial e esfera pública patriarcal, é uma máquina produtora de anomalias e executora de expurgos: positiviza a norma, aumenta as punições, cataloga as doenças, patrimonializa a cultura, arquiva a experiência, monumentaliza a memória, fundamentaliza as identidades, coisifica a vida, mercantiliza a terra e equaliza as temporalidades (Segato, 2016, p. 24).

Nas comunidades rurais, observei que a diferença não se constitui um problema a ser extirpado. Nas cenas mais próximas do formato moderno, inspirado na reprodução fetichista do Norte geopolítico, o corpo dissidente é situado dentro de um não lugar, como Carolina arquivava suas criações no teto e, junto a elas, o desejo pela vida; e Geni poderia, sem provocar empatia, ter se atirado do prédio público.

Caso esse problema que conduziu o meu processo de pesquisa fosse apresentado para o campo jurídico, poderia ser interpelado nos seguintes termos: as normas do direito podem reparar o tecido vincular da lógica comunal em que a convivência comum com a diferença não traz consequências letais para as dissidências?

Segato (2014), em seu argumento acerca do projeto de lei de criminalização da suposta prática de infanticídio indígena apresentado ao Congresso Nacional brasileiro, elabora corolários importantes em defesa do direito à diferença e dos

valores do pluralismo. Entre eles, pontua Segato que o bom Estado, calcado em um perfil restituidor, deve retornar à justiça própria através da reparação do tecido comunitário e devolver à comunidade as rédeas de sua história. Assim, o papel do direito é reparar o que a colonial modernidade destruiu e apresentar chaves em direção à vida em plural.

#### Corromper o silêncio das palavras<sup>4</sup>: a esperança na escrita e o direito a narrar(-se)

Como visto, o esforço de desnudamento na escrita acadêmica se tornou um exercício de nomeação do sofrimento de minhas ancestralidades não brancas, empobrecidas, nordestinas e pouco escolarizadas, contexto em que suas falas permanecem subalternas frente ao Estado, mas que se comunicam por meio de outras linguagens, inclusive pelo umbigo enterrado na porteira do curral, como ouvi durante a minha pesquisa em uma comunidade rural do Piauí, entre os anos de 2016 e 2017 (Carvalho Neto, 2017). O encorajamento para a continuidade desse estudo se deu sobretudo por compreender que a luta pelo direito envolve a nomeação dos sofrimentos humanos (Segato, 2016) e, para consagrá-los juridicamente, a academia desempenha um papel central. A pronúncia de uma palavra capaz de nomear um sofrimento que corre pelas veias da sociedade, que faz referência a uma injustiça real, não existe força capaz de parar a sua circulação (Segato, 2015b, p. 272).

Segato (2017b) defende que, quando politizamos um sofrimento, encontramos um processo terapêutico para superarmos uma dor causada por uma agressão. Transformamos uma experiência pessoal em um problema da pólis e, assim, buscamos a solução desse problema na esfera coletiva, como parte de um sujeito maior, e não individual. Relatar a mim mesmo, politizar esse sofrimento de opressão sofrida desde a infância (por ser *gay*) e me tornar um pesquisador engajado dentro do tema de gênero e sexualidade é parte desse processo de retomar até mesmo o sentido da vida. A partir disso, elaborei o seguinte relato:

#### Suspiro autobiográfico 02.

##### O chuveiro santo: a limpeza da diferença

[...] Por volta dos meus 11 anos, lembro-me que, durante o banho, me ajoelhava no chão, ligava o chuveiro, fechava os olhos, unia as mãos na altura do peito e, numa performance cristã, pedia para que o meu desejo por homens cessasse. O banheiro era

4. Manoel de Barros (2010).

muito simples. A caixa d'água ficava exposta e era apoiada por duas madeiras. O chuveiro era de um cano fino, feito de um material férreo já desgastado. A água era forte, fazendo-me crer que, ao cair sobre mim com intensidade, o impacto dos meus pedidos dobrava. A força da água precisava ser proporcional à densidade do meu pedido, da sujeira invisível que não limparia com poucas gotículas. Como eu começava a sentir dores nos joelhos por conta das rachaduras na cerâmica, colocava os chinelos como calço. Havia uns três tipos de cerâmica no banheiro. Provavelmente os meus pais aproveitaram as sobras de outras partes da casa e o que não foi possível cobrir ficou com o cimento cru, o qual, devido ao tempo e à umidade, estava envolto por uma indiscreta camada de lodo. Havia uma abertura no telhado, através da qual eu conseguia olhar o céu de lá. Era a comunicação perfeita: a água purificadora e o céu branco para coroar o meu pedido. Na lateral do ambiente, a entrada de ar era de uma janela improvisada, como foi entregue pelo projeto residencial à época da construção. Feixes horizontais abertos no próprio cimento. E eu permanecia ali, de joelhos, entre o vaso sanitário destampado e cercado pelas várias cores do lugar. O meu corpo estava ali, naquela posição, comum em missas dominicais, pedindo para não decepcionar os meus familiares caso escapassem aqueles desejos ainda tão confusos para mim. Todos os conflitos eram muito fortes e intensos naquele momento. O medo de se confirmar como a “mulherzinha da turma”. Como eu beijaria um homem e, mesmo assim, seria feliz? Como alguém poderia entender o meu conflito? O campo minado já estava armado: o meu medo era de que, se eu fosse descoberto, o meu corpo infantil perderia qualquer resquício de inocência e seria, imediatamente, punido pelo pecado cometido. Tornar-me-ia disponível para uma surra (suspiros). Como eu seria feliz? Perguntei-me tantas vezes. Só me restava rogar na força da água que escorria com intensidade, mirar no feixe de luz aberto no telhado e creditar a ele o detalhe divino naquela minha cena de redenção. Pedia para ser “normal”, como me reiteravam por tantas vezes. Passava alguns minutos naquela posição. Terminava. Tentava seguir no banho, mas sentia que havia sido pouco e retornava. Repetia umas três vezes. Conseguia sair tranquilo, com certa leveza. O ritual, mesmo que ensaiado daquela forma, causava uma sensação provisória de alívio. Ao final, enxugava a minha pele empalidecida pela água, os olhos avermelhados do choro, que escorria invariavelmente, convencendo-me de que a origem das lágrimas era o encerramento divino daquele ritual. No fundo, bem no fundo desse choro-que-não-ousa-dizer-o-seu-nome, eu, ainda menino, já sabia: a minha diferença pecaminosa e tão fortemente rejeitada não acabaria tão facilmente.

(Relato pessoal, Teresina/PI, 16 dez. 2016).

Além de experimentar a angústia de me sentir condenado à sensação de ser alguém sujo, impuro e ilegítimo, eu me via em condição de sofrimento permanente. Refletir sobre as minúcias dessas memórias me levou a elaborar a seguinte pergunta: em que momento da vida o mandato social que pesa sobre o masculino (Segato, 1999), que consiste na ordem masculina de crueldade e de rapinagem sobre os corpos lidos como desobedientes, me violentou e raptou formas de felicidade e estruturou, de forma pejorativa, a minha diferença como um signo vinculado à feminidade, outorgando-me a posição de outro, diverso do sujeito masculino heteronormativo? Certamente, ao me render debaixo do “chuveiro santo”, escorria junto à água a tranquilidade e a fantasia de parte da minha infância. Posicionou-me em direção à morte.

Por isso, apesar de todas as dores que acostam essa travessia, refletir sobre elas é dismantelar essa ordem de crueldade. Eve Kosofsky Sedgwick (2007) argumenta sobre o dispositivo do “armário”, regime concebido pela outorga de regras de censura e aprisionamento dos sujeitos de sexualidades e identidades de gênero dissidentes. A censura imposta ao sujeito de uma sexualidade dissidente impede o direito de relatar a si mesmo (Butler, 2015). Caso semelhante é relatado por Didier Eribon ao revelar que sua obra de maior repercussão, *Reflexões sobre a questão gay*, publicada pela primeira vez em 1999, é uma autobiografia parcial. Contudo, o reconhecimento de sua homossexualidade ocorreu somente após muitos anos, em *Regresso a Reims* (2015), no qual o autor confessou que sua obra de maior impacto tratava de uma autobiografia transformada em análise histórica e teórica. Isso subleva a questão: o que impediu de se nomear dentro da reflexão na qual ele próprio se encontra profundamente implicado? Em que medida esse desnudamento do corpo-autor, na produção teórica em torno de temas que se encontram localizados nas dimensões do sofrimento humano, consegue inocular a pulsão ética<sup>5</sup> nas veias acadêmicas?

Camilla Gomes (2017, p. 63) argumenta que desnudar o corpo neutro é mostrá-lo impuro e significa desconstruir teorias a seu respeito, com formulações ainda feitas, em sua maioria, por corpos brancos, masculinos e heterocissexuais. O meu processo de (auto)descoberta durante a pesquisa trouxe provocações sobre a arena acadêmica, que, em regra, não autoriza o desnudamento do cor-

---

5. Segato (2006b, p. 222) argumenta: “[...] é a pulsão ética que desinstala os *chips* cuja finalidade é tornar nosso comportamento automático. A pulsão ética nos permite fugir da automação: se a cultura é uma paranatureza, ou seja, uma segunda natureza ou programação não biológica, parabiológica, implantada em nós mediante o processo de socialização e coincidente, portanto, com nossa própria humanidade, o desejo ético, transcendente e complexo, leva-nos a vislumbrar o outro lado da consciência possível e nos possibilita ultrapassar a visão programada de uma época e desarticular o programa cultural e jurídico que a sustenta.”

po-autor dentro do processo de produção teórica, nem mesmo no campo das humanidades. A opção por desnudar o meu corpo-autor se assemelha ao que Herbert Daniel<sup>6</sup> (1984, orelha) relata sobre o “eu” na autoria:

[...] como diria algo de mim a mim – sem dentro e fora. Digo corpo sem fazer dele objetivo, ou órgãos de um organismo, ou movimentos sobre um eu. Digo como diria extensões de um conflito, aspiração de conjugação, intersecções de vias na vida formando uma arena do corpo a corpo.

Daniel estende o corpo para além de si e se permite conectar a outras extensões nos processos de diálogo e interações sociais do “corpo a corpo”. Caio Fernando Abreu (1979), em *Carta ao Zézim*, recomendava ao amigo que ele só deveria escrever o que viesse de dentro para fora e que, portanto, deveria remexer fundo e, se possível, extrair sangue com as unhas para se entregar às palavras e alcançar a meta de uma dedicação visceral à escrita.

Sobre a importância de narrar, Conceição Evaristo (2007) afirma ter descoberto a função, a dor, a necessidade e a potência da escrita a partir das urgências dos corpos, sobretudo negros e indígenas:

O que eu tenho pontuado é isso: é o direito da escrita e da leitura que o povo pede, que o povo demanda. É um direito de qualquer um, escrevendo ou não segundo as normas cultas da língua. É um direito que as pessoas também querem exercer (Evaristo, 2010).

Por outro lado, Conceição Evaristo adverte que o exercício do direito à escrita não se confunde com “história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”. A autora mineira propõe a “escrevivência”, escrita alinhavada à história da memória e do cotidiano de seu povo, como parte do esforço de relevar as minúcias cotidianas não ditas sobre a condição do povo negro no Brasil.

Narrar a si mesmo constitui um direito, na medida em que possibilita o cultivo de aspirações comuns, atravessadas por tramas coletivistas que escoam pelas veias da sociedade, no curso da história e, assim, sua consequente inscrição no discurso jurídico, denominado por Segato como a narrativa mestra de uma nação. Homi Bhabha (2014) aponta o direito de narrar, ou de narrar-se, como ato

---

6. Herbert Daniel (1946-1992) foi um guerrilheiro brasileiro que fez parte da luta armada contra a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Homossexual, Daniel escreveu sobre sua experiência como homem *gay* nos movimentos de esquerda. Foi um dos primeiros a escrever criticamente sobre o HIV/Aids no Brasil.

de comunicação apto a contar, recontar e reformular histórias, temas e registros, criando uma fissura na avenida da vida social com capacidade para redirecionar seu fluxo.

Na defesa do memorial de concurso para professora titular da Universidade de Brasília, realizada no dia 10 de dezembro de 2015, Segato foi enfática: “Quem ganha a história é quem a conta. O importante da história é a sua narrativa. [...] Só se vence uma demanda, só se vence uma batalha, quando se narra como aconteceu.” Essa afirmação foi dita quando a autora se referia à implantação das cotas raciais no Brasil, luta que teve início em 1998 na UnB, na qual Segato atuou como coautora da primeira proposta dessa política afirmativa em uma universidade brasileira<sup>7</sup>.

Sua crítica à implantação da política de cotas se dirige ao Estado moderno, que, em sua condição permanentemente colonial, apresenta uma “vacina para a doença que já inoculou”. Ao conceder uma medida como essa, retira-se imediatamente aquilo que concedeu. Esse contexto pode ser identificado na instituição das cotas raciais no ensino superior brasileiro, em cujo processo há, para a autora, pelo menos três condições tácitas para a adoção dessa política:

1. o ingresso nas universidades para a conquista de carreiras individuais, no sentido produtivista e competitivo, como identificamos nas universidades atuais;
2. a imposição de duas amnésias: o esquecimento do grupo e da comunidade de origem da pessoa, impondo que essa alterasse sua corporalidade, seu estilo, sua afetividade, suas relações de amizade e de parentesco; e o corte dos vínculos com aquela comunidade e coletivo que a qualificou para ser beneficiária da medida;
3. uma censura da história: para que não se tenham acesso à informação, em momento algum, sobre como essa ideia surgiu e quem trabalhou e colaborou para que fosse viável (Segato, 2015a).

Tais condições, ao serem somadas, constituem uma traição estatal. Segato (2015a) retoma, por fim, a importância dessa narrativa e diz: “Essa história é importantíssima, porque ensina as gerações futuras que é possível mudar, que é possível fazer história e que pode reorientar as práticas e a história numa outra direção, que as pessoas têm esse poder”, isto é, desativa a pedagogia da luta e da vitória que circundou esse processo.

---

7. Mais informações sobre a matéria em Segato (2006c; 2007; 2010; 2015a; 2015b).

## Palavras finais: para tecer nichos vinculativos e novas formas de felicidade

Quando anunciei o esforço inicial para organizar uma fotografia em palavras, percebo que as cenas que me conduziram até aqui foram múltiplas. Há, sem dúvidas, a fotografia do pensamento de Segato e de suas provocações e estímulos para a extração da pergunta que carrego comigo e a expressão disso por meio da escrita, que viabilizou atingir tecidos sensíveis de minha memória. Trouxe-me compreensões em torno do que argumentei como sendo o processo de negociação da diferença de corpos e de sexualidades dissidentes e, nesse caminho, propor a transmutação do sofrimento, por meio de sua politização e a busca para nomeá-lo fora e dentro do direito.

Não há apenas uma fotografia, mas um álbum histórico, sempre em fluxo. No entanto, apresentei um conjunto dessas peças minúsculas para registrar fragmentos desse percurso epistêmico, cujas lentes das chaves teóricas propostas por Segato ajudaram a tramar um fio condutor entre essas experiências, permitindo-me organizar essa proposta dentro do espaço-tempo de uma fotografia em palavras.

Durante essa reflexão, os livros de Segato estiveram espalhados pela sala, incluindo um que hospeda a sua imagem: eles dividiram espaço com Manoel de Barros, poeta com quem dialogo constantemente em meus momentos de imaginação. Percebo, então, um fio condutor entre as narrativas, as quais tenho buscado apresentar desde o início de minha vida acadêmica. Retornei, por exemplo, à monografia que escrevi ao final da graduação em direito, concluída em 2013<sup>8</sup>. Reli os agradecimentos e me deparei com o desejo de narrar o vivido. Eu gostaria de contar desde ali. Esse processo se estendeu ao mestrado e a narrativa saltou da parte opcional do texto acadêmico para o corpo da construção argumentativa.

Já existia a ânsia de narrar. Segato, em uma etapa importante desses movimentos do pensamento, soube acolher e propor a abertura de brechas de desobediência para derrubar as certezas, incluindo os protocolos acadêmicos, ainda tão intransponíveis.

Tenho histórias de alunos que contam que o professor lhes diz: “não, não, nem ouse”. Você nunca pode dizer isso a um aluno. Ousar é o que temos a lhe dizer. A história é imprevisível. As pessoas são históricas, portanto, também

---

8. Rita Laura Segato, *Femicidio y los límites de la formación jurídica*. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/39984-femicidio-y-los-limites-de-la-formacion-juridica>. Acesso em: 25 jul. 2020.

somos totalmente imprevisíveis. Devemos abrir caminhos, ser benignos e veremos os resultados. Não devemos ensinar a aprender, mas a pensar. A aprendizagem é subsidiária do pensamento e não um fim em si mesmo. Ensinar é autorizar e, de forma alguma, o contrário (Segato, 2018a, p. 126).

As lições se estendem para além do espaço acadêmico. Na verdade, há uma constante transfusão entre as provocações pelos espaços por onde circula. No documentário sobre sua trajetória, Segato menciona a tristeza que sentia pelo período que viveu durante a ditadura na Argentina e relatou que, mesmo nesse período, não se filiou à tática da luta armada, que não era bem essa sua compreensão para a transformação. E assim se manteve por todo esse tempo, influenciando levantes populares em tantos lugares e marcando as humanidades com a força de seu pensamento, mas sem o belicismo comum ao mundo patriarcal e racista que se propõe transformar. Em sua resposta ao jurista Zaffaroni, sua argumentação foi um “coque” crítico, para usar um termo comum no Piauí, de justiça, na cabeça do juiz, que pouco se esforçou para dialogar com o pensamento feminista no que se refere ao debate de gênero<sup>9</sup>.

Segato nos fala da “vincularidade” e na potência protetora da comunidade. Na cerimônia de recebimento do título de professora emérita da UnB, realizada em 7 de novembro de 2018, ela relembra, emocionada, as inimizades que fez em razão da ruptura com o pacto corporativo entre os docentes de seu departamento e por sair em defesa do estudante vítima de racismo. Ressaltou, por outro lado, a comunidade intelectual que ajudou a formar:

Estando eu presente ou não, vocês são uma comunidade intelectual. Vocês são amigos. Vocês são solidários entre vocês. Uma das coisas que me faz mais feliz é esse tecido interlocucional que se deu ao longo dos meus 32 anos na Universidade de Brasília. Há ali um ninho, um grupo de pessoas que conversam constantemente (Segato, 2018b).

E completa:

É necessário manter o humor. É necessário rir e manter o humor em todas as circunstâncias. E [preservar] o vínculo. São os nichos de vincularidade entre nós. Eu tenho os meus e recomendo a todo mundo trabalhar aí: tecer vínculos. Amizade, amor, carinho, humor, compartilhar comida e comunhão (Segato, 2018b).

---

9. Rita Laura Segato, “Femicidio y los límites de la formación jurídica”. *Página 12*, 26 maio 2017. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/39984-femicidio-y-los-limites-de-la-formacion-juridica>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Por fim, afirma Segato: “vale à pena enfrentar a luta pelo que a gente acredita” (Segato, 2018b), reiterando a pedagogia desobediente e de luta que o seu pensamento nos apresenta. As tramas históricas dos vínculos, as quais nomeia em tantos de seus textos como projeto histórico dos vínculos, reforça o que ela proferiu em seu discurso no recebimento do título de emérita e, recentemente, em um grupo que reúne a comunidade afetiva e pensante que reuniu ao longo dos anos: “O mestre deve gerar comunidade”. A sensibilidade e a vincularidade, características que estruturam sua perspectiva dos vínculos, consiste em seguir o trajeto da ternura, no corpo a corpo, por meio do abraço; é pragmática e pode ser deliberada a partir das pluralidades de cada contexto; sua meta de satisfação é solucionadora de problemas e preservadora da vida (Segato, 2018a). Do outro lado, no polo antagônico do que esse projeto reivindica, apresenta-se o projeto histórico das coisas, que é cruel, tecnocrata, corporativista, burocrático, insensível e, de modo geral, está submisso aos interesses do capital, à lógica do consumo e, portanto, transforma a vida em coisas. A tarefa para “desver o mundo” consiste em desarticular esse projeto em curso.

Por fim, finalizo este capítulo com a sensação descrita por Manoel de Barros (2010) quando, em seu poema “Fotografia”, diz: “Difícil fotografar o silêncio. Entretanto, tentei.” Para mim, a dificuldade consistiu em fotografar cenas de tantas inquietações, gritos e suspiros. Mas, assim como o poeta, tentei. Sempre em busca de novos sentidos.

## Referências

ABREU, Caio Fernando. Carta escrita em 22 de dezembro de 1979. *Morangos mofados*. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2018/12/ABREU-Caio-Fernando-Morangos-mofados.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: invenção do falo – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ARAÚJO, Bárbara. *Conceição Evaristo: literatura e consciência negra*. Entrevista concedida ao Blog Blogueiras Feministas, em 30 set. 2010. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2011/11/conceicao-evaristo/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ARAÚJO, Vanessa Rodrigues de. *O resgate da memória familiar indígena: um estudo sobre o direito humano de saber quem se é*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.

BARROS E SILVA, Fernando de. (Org.). *Tempos instáveis: o mundo, o Brasil e o jornalismo em 21 reportagens da Piauí*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

BHABHA, Homi K. The right to narrate. *Harvard Design Magazine*, n. 38, Cambridge, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/3JnEHX>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BIDASECA, Karina Andrea. Rita Segato: una flecha en el tiempo. *Revista Intersticios de la Política y la Cultura*, v. 5, n. 9, p. 141-149. Disponível em: <https://revistas.psi.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/15228/15198>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARVALHO NETO, Lourival Ferreira de. *A negociação da diferença na experiência de corpos e sexualidades plurais em comunidades rurais e na capital do Piauí*. Tese (Doutorado) – Departamento de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, 2017.

CARVALHO NETO, Lourival Ferreira de. *Acesso e permanência de travestis e transexuais no ensino superior: o direito à educação e a experiência do grupo piauiense de travestis e transexuais*. Monografia, curso de Direito da Universidade Estadual do Piauí, 2013.

DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

ERIBON, Didier. *Retorno a Reims*. São Paulo: Dom Quixote, 2015.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. São Paulo: Companhia de Freud, 2008 [1999].

EVARISTO, Conceição. Entrevista *Blogueiras Feministas – De olho na Web e no mundo*, 30 set. 2010. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2011/11/22/conceicao-evaristo/>.

GOMES, Camilla de Magalhães. *Tênis travesti: as relações entre gênero, raça e direito na busca de uma hermenêutica expansiva do humano no direito*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. A fotografia e as ciências humanas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, n. 25, p. 83-90, 1988. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-25/397-a-fotografia-e-as-ciencias-humanas/file>. Acessa em: 10 jul. 2020.

PINCEL, Paulo. *IDH: Piauí sai da lanterna e ultrapassa três estados*. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, 01 ago. 2013. Disponível em: [http://www.alepi.pi.gov.br/noticiasConteudo\\_inc.php?idNoticia=404](http://www.alepi.pi.gov.br/noticiasConteudo_inc.php?idNoticia=404). Acesso em: 21 jul. 2020.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, jan/jun. 2007.

SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo, 2018a.

SEGATO, Rita Laura. *Íntegra: professora emérita Rita Segato*. Youtube. Canal UnBTV. Fev. 2018b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D-z9I7xGRmUg>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SEGATO, Rita Laura. *Pensar en movimiento*. Universidad Nacional de Tres de Febrero, Julho 2017a. Disponível em: <http://untref.edu.ar/sitios/pensarenmovimiento/capitulo8.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SEGATO, Rita Laura. Dimensión cultural. In: SEGATO, Rita Laura. *Flores en el asfalto: causas e impactos de las violencias machistas en las vidas de mujeres víctimas y sobrevivientes*, p. 116-148. Bilbao: Mugarik Gabe, 2017b.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. *Memorial da Prof.<sup>a</sup> Rita Segato*, 2016b. Youtube. Canal de Larissa Araújo, 2015a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-TxTCBFO-z8o>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo, 2015b.

SEGATO, Rita Laura. Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores. *Revista de Direito*, v. 1, n. 1, p. 62-88, Brasília, 2014.

SEGATO, Rita Laura. Los cauces profundos de la raza latinoamericana – una relectura del mestizaje. *Revista Crítica y Emancipación*, n. 3, p. 11-44, Buenos Aires, 2010.

SEGATO, Rita Laura. A primeira lição da aula. *Correio Braziliense*, 23 set. 2006a.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 207-236, Rio de Janeiro, 2006b.

SEGATO, Rita Laura. Raça é signo. In: AMARAL JÚNIOR, Aécio; BURITY, Joanildo A. (Orgs.). *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*, p. 215-236. São Paulo: Annablume, 2006c.

SEGATO, Rita Laura. A estrutura de gênero e a injunção do estupro. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*, p. 387-427. Brasília: Paralelo 15; Editora UnB, 1999.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VALÉRY, Paul. Poética e estética. In: VALÉRY, Paul. *Variedades*, p. 137-220. São Paulo: Iluminuras: 1991.



Notas sobre as autoras e os autores

## Notas sobre as autoras e os autores

### **César Augusto Baldi**

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

### **Danú Gontijo**

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

### **Elaine Moreira**

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

### **Gustavo Augusto Gomes de Moura**

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

### **Jocelina Laura Carvalho de Segato**

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

### **Juliana Floriano Toledo Watson**

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicinas populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

### **Livia Vitenti**

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

### **Lourival Ferreira de Carvalho Neto**

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

### **Marianna Assunção Figueiredo Holanda**

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

### **Patrícia de Mendonça Rodrigues**

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

### **Pedro Paulo Gomes Pereira**

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dívida* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

### **Priscila Paz Godoy**

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

### Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

### **Tânia Mara Campos de Almeida**

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

### **Vanessa Rodrigues de Araújo**

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

### **Verenilde Santos Pereira**

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

### **Volnei Garrafa**

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética ( 2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



**P**hD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

